

O CULTIVO DA IMAGINAÇÃO EM MARTHA NUSSBAUM: UMA CONEXÃO ENTRE A LITERATURA E A EDUCAÇÃO

Lilian Cláudia Xavier Cordeiro

*Sou um guardador de rebanhos.
O rebanho é os meus pensamentos
E os meus pensamentos são todos sensações.
Penso com os olhos e com os ouvidos
E com as mãos e os pés
E com o nariz e a boca.*

*Pensar uma flor é vê-la e cheirá-la
E comer um fruto é saber-lhe o sentido.*

Fernando Pessoa como Alberto Caieiro

RESUMO

Este escrito pretende trazer o entendimento da filósofa Martha C. Nussbaum acerca do cultivo da imaginação. A estudiosa infere que a imaginação deve ser trazida ao ambiente educacional, eis que tem uma dimensão capaz de formar a cidadania, através da aceitação do outro e de suas condições. Ela também entende que a arte, precisamente a literatura, por ter como matéria-prima a emoção, leva os sujeitos a vivenciar essas emoções em outra dimensão, podendo promover um entendimento mais amplo do mundo e das relações. Para acompanhar suas ideias, faz-se necessário, inicialmente, perceber qual importância ela dá às emoções em relação ao pensamento racional, o que se procura fazer de forma breve. Num segundo momento, a intenção é compreender mais diretamente a imaginação narrativa ou literária, valendo-se de alguns escritos dela. Assim, procurou-se fazer um apanhado dos textos sobre como a filósofa constrói o conceito de imaginação narrativa e qual seriam suas implicações na educação. Creio que, sendo uma proposição renovada e muito bem fundamentada, traga benefícios consideráveis para o pensamento e para a reformulação da educação hoje, propondo a inclusão da arte numa ligação direta entre a sensibilidade artística e a formação da cidadania democrática.

Palavras-Chave: imaginação narrativa; literatura; educação; cidadania.

Introdução

Este escrito pretende trazer o entendimento da filósofa Martha C. Nussbaum acerca do cultivo da imaginação. Para ela, a imaginação deve ser trazida ao ambiente educacional, eis que tem uma dimensão capaz de formar a cidadania, através da aceitação do outro e de suas condições. Ela também entende que a arte, precisamente a literatura, por ter como matéria-

prima a emoção, leva os sujeitos a vivenciar essas emoções em outra dimensão, podendo promover um entendimento mais amplo do mundo e das relações.

Para acompanhar suas ideias, faz-se necessário, inicialmente, perceber qual importância ela dá às emoções em relação ao pensamento racional, o que procuro fazer no primeiro capítulo, de forma breve. Num segundo momento, a intenção é compreender mais diretamente a imaginação narrativa ou literária. Para tanto, valho-me dos escritos do livro “*El cultivo de la humanidad*” (NUSSBAUM, 2001), em especial do capítulo três, que trata especificamente desse assunto. Além desse, também em “*Sin fines de lucro*” (NUSSBAUM, 2010), ela também reserva um capítulo sobre o cultivo das emoções nas artes e na literatura. Porém, sua introdução ao assunto, está em “*Justicia poética*”, (NUSSBAUM, 1997), livro feito a partir de suas experiências com o curso de direito da Universidade de Chicago, onde utilizava as narrativas numa interface entre direito e literatura, considerando que a leitura de romances pode promover um diferencial no momento das decisões judiciais. Assim, procurei fazer um apanhado desses três textos sobre a forma da filósofa pensar essa imaginação narrativa, bem como a maneira como foi construído o conceito.

No terceiro tópico, tratarei das proposições de Nussbaum para o cultivo da imaginação no contexto educativo, procurando perceber suas sugestões de como possa ser feita a inclusão das artes e da literatura nos sistemas de ensino. Também trago sua referência a Tagore na Índia e Dewey nos Estados Unidos, além de algumas críticas que faz à concepção conceitual das ciências humanas na formação educacional em nossos tempos.

Dessa forma, procuro compreender de que forma a imaginação narrativa é concebida pela filósofa e qual seriam suas implicações na educação. Creio que, sendo uma proposição renovada e muito bem fundamentada, traz benefícios consideráveis para o pensamento e para a reformulação da educação hoje, propondo a inclusão da arte numa ligação direta entre a sensibilidade artística e a formação da cidadania democrática.

1. Razão e emoção

Faz parte do senso comum que razão e emoção coabitam em nossas vivências de forma antagônica. Há um entendimento geral que as emoções se referem a um caráter mais primitivo do humano, tendo a ver com as sensações que reverberam no corpo físico. É natural ouvir falar que determinadas emoções estariam ligadas a órgãos do corpo, por exemplo, raiva associada ao fígado, o amor, ao coração, etc.. Também temos a tendência a associar uma determinada emoção a uma percepção visual, de cor, por exemplo, “fulano ficou verde de

raiva”, ou “vermelho de raiva”, ou ainda, “é corintiano roxo”, traduzindo em imagens visuais uma emoção.

Na outra ponta desse universo incontrolável e conturbado no qual estariam as emoções, fica a razão, de forma organizada, asséptica, livre dos sabores e cores do corpo. A esta se associaria a compreensão do mundo de forma matemática e lógica, evidenciando a capacidade de buscar o funcionamento das coisas através dos métodos e reflexões racionais.

Os gregos em sua mitologia nos trazem as figuras de Apolo e Dionísio, deuses que também traduzem essas duas dimensões. Apolo, filho de Zeus e Leto, além da beleza e perfeição físicas, é o deus da razão, do sol. Uma de suas capacidades é trazer à luz as contradições da emocionalidade, do devaneio, da arte¹. Dionísio, por sua vez, é a força da natureza; metade animal, é feio, reporta ao corpo, aos desejos e vontades, às sensações, que, grosso modo, dão origem à emoção. É o deus da orgia, da bebida, do teatro.

O modo de ser e pensar de Apolo aproxima-o dos deuses do Olimpo, perfeitos, racionais, com clareza do funcionamento das coisas do mundo. Já Dionísio, voltado às sensações, vive nas florestas e mesmo é impedido de entrar na polis, o que só era permitido durante suas festas, as dionisíacas. Nessas comemorações, as pessoas eram convidadas a viver seus desejos e sensações ao extremo, porém, num determinado limite de tempo, de modo a retornar ao reinado apolíneo - a razão precisava retomar o poder, com receio do emocionalismo destruidor².

A concepção platônica diz que o acesso à verdade está condicionado à racionalização das emoções, dos ímpetos, dos instintos e da vontade, ou seja, ao abandono do corpo em detrimento das ideias. A vivência do corpo, com seus desejos, levaria a viver no mundo das sombras, das aparências e das ilusões. Portanto, é necessária a investigação racional apurada, na presença da filosofia, para se sair da escuridão.

Creio que, no entendimento de Nussbaum, Dionísio não pode ser preterido a Apolo, mas pode colaborar na condução dos assuntos da polis, já que fazem parte da formação cidadã, a arte, o teatro, a música. Apolo, também não precisaria ser eliminado, pois a razão se faz necessária e é imprescindível ao desenvolvimento humano. No mito grego, em Delfos, quando chegava o inverno e Apolo se afastava, era Dionísio quem reinava, sem nunca ter ameaçado o poder de Apolo.

¹ Apolo era o realizador do equilíbrio e da harmonia dos desejos. Ele não proclamava suprimir as pulsões humanas, mas orientá-las no sentido de uma espiritualização progressiva, para o desenvolvimento da consciência. É também o protetor das artes e das musas (Cf. BRANDÃO, 1987, p. 85).

² Ainda hoje, no carnaval, temos resquícios desse costume trazido pelos romanos: são entregues as chaves da cidade ao rei Momo (Baco?) que, depois de quatro dias, deve abandonar seu reinado para que seja retomada a rotina, assumindo a razão e a organização novamente.

Durante a história da filosofia, a razão teve sua preponderância, pois era tida como imprescindível ao julgamento moral. Voltar-se ao bem, ao correto moralmente, seria fazer uso do pensamento racional, único capaz do discernimento e da compreensão. Porém, Nussbaum compreende que as emoções conformam a paisagem de nossa vida mental e social, não havendo sentido em não considerá-las em questões importantes como os julgamentos de valor. “Se as emoções estão imbuídas de inteligência e discernimento e se contêm em si mesmas consciência de valor e importância, não podem, por exemplo, deixar-se facilmente de lado na hora de dar conta do juízo ético, como tem sucedido frequentemente na história da filosofia.” (NUSSBAUM, 2008, p. 21)³.

Nussbaum critica os teóricos que veem as emoções como tendo apenas a dimensão não cognitiva, que caem em contradição ao considerar ser preciso compreender melhor a psicologia humana para se escrever bem sobre ética. Pensando nisso, ela alerta que, ao se omitir as emoções, não se está deixando de lado um mero apêndice psicológico ao pensamento ético, mas uma parte constituinte do próprio pensamento ético.

No capítulo três da “*Justicia poética*”, a autora afirma que, associar o antônimo “irracionalidade” às emoções é uma atitude que precisa ser refutada. Para isso, ela se propõe a examinar as objeções às emoções como formadoras de julgamento moral. A primeira questão a ser rebatida é a consideração que as emoções são forças cegas, que não encarnam meditação nem juízo e não respondem aos argumentos da razão. Seriam forças que a racionalidade não alcança e se aproximariam mais do lado animal. Logo, essas forças maléficas devem ser banidas da vida pública e principalmente dos fóruns jurídicos. As emoções seriam irracionais no sentido normativo. Nussbaum traz Platão e os filósofos “antiemotivos”, dizendo que, ao contrário das concepções fundadas na visão econômica de Gradgrind, Bitzer e Posner, as emoções, embora tenham um caráter de menos valia em relação à razão, principalmente na visão de Sócrates, podem e devem ser educadas. “Minha opinião é que nenhum destes motivos é suficiente para eliminar as emoções da racionalidade pública, e que, com os limites e filtros adequados, são um guia irrepreensível para essa racionalidade” (NUSSBAUM, 1997, p. 30)⁴.

Desse modo, Nussbaum deixa claro que as emoções não podem ser banidas do nosso juízo moral, mas que precisam, para serem efetivamente aproveitadas no enriquecimento do humano e na formação da cidadania democrática, ser cultivadas, ou educadas, papel que também cabe à escola, como veremos nos capítulos que seguem.

³ Livre trad. da autora.

⁴ Livre trad. da autora.

2. Imaginação narrativa ou literária

Parece evidente que os conhecimentos voltados aos fatos e à lógica não são capazes de dar conta de todos os aportes necessários para que os cidadãos se relacionem bem com o mundo que os rodeia. É preciso que se desenvolva também uma imaginação narrativa. No entendimento de Nussbaum, imaginação narrativa é a capacidade de estar no lugar de outra pessoa, de interpretar com inteligência os relatos dela e entender seus sentimentos, seus desejos e suas expectativas. (NUSSBAUM, 2001).

E como se adquire essa capacidade? A tese maior de Nussbaum é que a literatura, mais precisamente o romance, pode ser usada juntamente com os textos “abstratos” próprios da filosofia moral, para que se possa educar/cultivar adequadamente as emoções. Os romances possuem a dimensão narrativa necessária para que haja o entendimento do humano em sua complexidade e temporalidade. Desse modo, ficar somente nos textos filosóficos puros, sem a vivência da arte, seria demasiadamente simples para oferecer o tipo de compreensão que necessitamos em nosso mundo de relações complexas (NUSSBAUM, 2008).

Para apoiar sua teoria, Nussbaum, traz a análise de Winnicott acerca do desenvolvimento da criança. Na visão dele, existe uma predisposição psicológica, desde a infância, de estarmos focados em nós mesmos, demonstrando uma dificuldade em se colocar no lugar do outro. Winnicott fala sobre o narcisismo infantil, ou seja, a indiferenciação entre o bebê e a mãe em seguida do nascimento e que se estende adiante. No decorrer do tempo, surgem os objetos de transição e os jogos, como o início da ideia de estar com o outro, porém de uma forma lúdica, sem o encontro direto e imediato, o que seria menos ameaçador. Nussbaum mostra que o próprio Winnicott já observava a importância do jogo para o desenvolvimento da cidadania. Através do jogo se aprende a conviver com o outro sem exercer o controle, conectando-nos com nossas experiências de vulnerabilidade, mas contando com o caráter da surpresa, o assombro, a imaginação, logo, sem tantas ansiedades, geradas em um contato mais direto.

E quando pessoas adultas não tiveram essas capacidades desenvolvidas durante a infância? Winnicott diz que as artes desempenham um papel chave com os adultos, pois entre suas funções primárias, está a de preservar e estimular esses “espaços de jogo”, a fim de alimentar e estender a capacidade humana da empatia: “Na complexidade da resposta ante

uma obra de arte sofisticada se detecta uma continuação do prazer que encontra o bebê nos jogos e nas dramatizações” (NUSSBAUM, 2010, p. 136)⁵.

As artes são as grandes portas para o fortalecimento dos recursos emocionais e imaginativos da personalidade humana, uma vez que possibilitam às crianças, novas capacidades para compreender sua própria personalidade e a dos demais. Nussbaum alerta que conceber as outras pessoas como entidades amplas e profundas, com pensamentos, espiritualidade e sentimentos próprios, não é um processo automático. Pelo contrário, é mais fácil ver o outro como apenas um corpo, que pode facilmente ser usado para nossas próprias finalidades, boas ou más. Para se vislumbrar uma alma nesse corpo, é necessária a fantasia, que vai se desenvolver nas artes e na poesia, pelos seus jogos e sua amplitude de significações.

A fantasia surge na infância e Nussbaum entende que a criança começa a adquirir capacidades morais essenciais a partir do momento que seus pais começam a lhes contar histórias. No decorrer do seu desenvolvimento, as histórias vão se tornando mais sofisticadas, entram personagens novos, animais, pessoas, etc., enriquecendo a capacidade imaginativa. As histórias interatuam com as próprias tentativas das crianças de explicar o mundo e entender seu papel dentro dele. Desse modo “uma criança privada de histórias está, por sua vez, privada de certas formas de ver outras as outras pessoas” (NUSSBAUM, 2001, p. 122)⁶. À medida que as crianças vão explorando as histórias, sob a tutela dos adultos, são conduzidas a prestar atenção ao sofrimento de outras criaturas vivas.

Seguindo essa linha de raciocínio, a imaginação narrativa, constitui-se numa preparação essencial para a interação moral, pois, se tornada hábito, a empatia e a capacidade de fazer conjecturas acerca do outro, conduzem a um tipo de cidadania. Essa visão mais cidadã seria responsável pela criação de uma comunidade na qual se cultiva a ressonância compassiva ante às necessidades do outro, levando à compreensão de que ele pode ser condicionado pelas circunstâncias nas quais está inserido.

Nesse ponto, a literatura, através da preocupação com o destino dos personagens, faz-nos perceber que eles possuem uma rica vida interior, que passamos a respeitar por estarmos em contato direto com ela na medida em que a narrativa se desenrola. Essa preocupação poderia ser trazida aos nossos julgamentos morais posteriores, através da capacidade, agora real, de se colocar no lugar do outro.

⁵ Livre trad. da autora.

⁶ Livre trad. da autora.

A literatura se centra no possível, levando o leitor a fazer-se perguntas sobre si mesmo. [...] Diferentemente da maioria das obras históricas, as obras literárias incitam os leitores a colocar-se no lugar de pessoas muito diferentes e a adquirir suas experiências. Na sua forma de interpelar ao leitor hipotético, costura possibilidades, pelo menos em um nível muito geral, entre os personagens e o leitor. Como consequência, ativa as emoções e a imaginação do leitor. O que me interessa é a natureza dessa atividade e sua relevância para o pensamento público (NUSSBAUM, 1997, p. 30).⁷

O contato com a leitura na infância levaria ao desenvolvimento da compaixão. Nussbaum alerta, porém, que a compaixão vai além, pois ela nos dá o sentido de nossa própria vulnerabilidade diante das desgraças, pois para responder com compaixão, devo estar disposto a pensar que a pessoa que sofre poderia ser eu. Este sentimento seria bastante difícil de existir se eu me colocasse acima dos demais, pensando que nenhum mal irá me ocorrer.

Além disso, o ato de leitura pressupõe uma troca dialógica e democrática com outros leitores, pois ao avaliarmos o que temos lido, existe um exercício ético, exigindo tanto a imersão na obra, quanto a conversação crítica, pois nos insta a comparar o que sentimos diante do texto com o que os demais leitores também sentiram, através de suas reações e argumentações. “Se cremos que esse tipo de leitura, em combinação com nossa imaginação absorta com períodos de escrutínio crítico mais distante (e interativo), compreenderemos por que pode resultar uma atividade adequada para uma racionalidade pública em uma sociedade democrática” (NUSSBAUM, 1997, p. 33)⁸.

Porém, Nussbaum procura deixar claro no prefácio de “*Justicia poética*”, que a imaginação literária é apenas parte da racionalidade pública, mas não é o todo. Ela alerta que seria extremamente perigoso sugerir que a razão moral regida por regras, seja refeita somente pela imaginação empática. “De nenhuma maneira faço essa sugestão. Defendo a imaginação literária precisamente porque me parece um ingrediente essencial de uma postura ética que nos insta a interessar-nos no bem-estar de pessoas cujas vidas estão tão distantes da nossa” (1997, p. 18).⁹

Assim, o romance e o envolvimento com os personagens traz uma estreita relação com as decisões que devemos tomar como cidadãos. Nussbaum afirma que seria necessário entender como uma história que impõe estereótipos às raças pode afetar o amor próprio e como o amor nos capacita para emitir juízos melhor fundamentados sobre temas referentes à discriminação positiva e à educação (NUSSBAUM, 2001).

⁷ Livre trad. da autora.

⁸ Livre trad. da autora.

⁹ Livre trad. da autora.

Esses seriam exemplos da forma como a literatura poderia ser usada como formadora de uma consciência cidadã, sem desconsiderar, contudo, os demais escritos que tratem da filosofia moral, como fundamentais nesse processo.

3. O cultivo da imaginação: a educação

As artes cultivam as capacidades de juízo e de sensibilidade, que podem e devem aparecer nas decisões dos cidadãos. Para Nussbaum, no entanto, a literatura seria mais efetiva quando se trata de um currículo dirigido à formação de uma cidadania universal, pois com sua capacidade de representar circunstâncias e problemas específicos das pessoas de classes distintas, traz uma valiosa contribuição:

A arte da narrativa tem o poder de fazer-nos ver as vidas dos que nos são diferentes com um interesse maior do que um turista casual, com um compromisso e um entendimento receptivos e com raiva diante da forma como nossa sociedade recusa a alguns sua visibilidade. [...] Tudo isso parece ter uma estreita relação com as decisões que devemos tomar como cidadãos. (NUSSBAUM, 2001, p. 121).¹⁰

O desenvolvimento mais elaborado da formação artística como eixo de uma educação inicial deu-se a partir do séc. XX, com as escolas conduzidas por Tagore¹¹ na Índia e Dewey nos Estados Unidos. Este dedicou um grande tempo de seus estudos à importância das artes para o desenvolvimento de uma sociedade democrática. Dewey defendia que a aprendizagem da arte não deveria se limitar em realizar um exercício contemplativo, tampouco um fazer imaginativo baseado apenas na fantasia e no irreal, mas que a criança deve aprender a captar uma dimensão imaginativa em todas suas interações. Assim, em uma boa escola, ela aprenderá que a imaginação se faz necessária para perceber todas as coisas que estão além do alcance da resposta física direta.

Nussbaum alerta que todas as sociedades têm algum grupo tratado com ignorância, ou desdém. Para que se lance um olhar humanizado a essas pessoas, devem-se selecionar obras de arte que estimulem a crítica acerca da invisibilidade e promovam a formação de uma visão mais apropriada sobre esses grupos. Essa invisibilidade de grupo ou cultura, a filósofa vai chamar de ponto cego. Por exemplo, no caso de Tagore, o ponto cego era a suposta incapacidade das mulheres indianas, vistas como não ativas socialmente. E, na experiência

¹⁰ Livre trad. da autora.

¹¹ Tagore propõe uma educação baseada nas artes, como a dança, a música e a poesia, com a finalidade de promover uma formação cidadã.

educativa indiana, a vivência da arte serviu para que esse grupo tivesse mais consciência de si e promovesse sua visibilidade e seu empoderamento.

Nussbaum defende ainda a necessidade do cultivo dos “olhos interiores” dos alunos. Para isso, se faz necessária uma formação que inclua de forma bem estruturada as artes e humanidades, levando em conta a idade das crianças e seu grau de desenvolvimento, de modo a colocá-los em contato com questões de raça, gênero, origem étnica e experiência intercultural. Nesse ponto, a filósofa traz dois quesitos a serem observados: em um primeiro momento, é necessário eleger obras que tragam alguma referência aos receptores, não se pode, portanto, elegê-las ao acaso; segundo, é preciso ter sensibilidade para detectar as áreas nas quais está instalado um mal estar social, ou seja, ser capaz de vislumbrar os pontos cegos.

Porém, para que haja uma vinculação estável com os valores democráticos, essas duas funções precisam de uma perspectiva normativa, apontando de que modo devem se pautar as relações humanas, ou seja, considerando todos como seres dignos, iguais e possuidores de um mundo e valores internos.

Também, na proposição de Nussbaum, a educação superior deveria levar o estudante a compreender a importância da literatura em suas muitas formas. Ela funda sua experiência nas atividades realizadas com o direito e a literatura, fruto de várias conferências e de sua atuação docente na Universidade de Chicago.

Nussbaum em “*Sin fines de lucro*” (2010) discute sobre as formas como as disciplinas de ciências humanas sofreram gradativamente uma desqualificação em sua essência a partir de uma educação pensada com vistas ao mercado econômico. Essas disciplinas foram esvaziando seu sentido gradativamente e deixaram de sensibilizar os alunos para a concepção empática do outro e a criação de uma cidadania democrática. Faz-se necessária uma retomada do real sentido dessas disciplinas nos currículos da escola básica e da formação superior.

No entendimento da estudiosa, mesmo na educação voltada para as ciências empresariais, a arte e a imaginação devem ser valorizadas, pois proporcionam um crescimento econômico dentro de uma cultura empresarial saudável. Ela alerta que, para que a inovação aconteça, é necessária uma mente flexível, aberta e criativa, capacidades desenvolvidas pelas artes e pela literatura e, mesmo as empresas que estão somente voltadas ao lucro, preferem esse perfil de profissional: “Assim, inclusive se nosso maior interesse for o crescimento econômico nacional, também deveríamos proteger a educação artística e humanística” (2010, p. 152).¹²

¹² Livre trad. da autora.

Em relação aos docentes, Nussbaum também tece apontamentos, dizendo que a educação para a cidadania requer uma mudança na maneira de conduzir o processo pedagógico. Para isso, defende que haja uma modificação na formação de professores, o que necessitaria de investimentos financeiros num primeiro momento, porém, com o decorrer do tempo e assunção das novas metodologias, estes seriam gradativamente dispensáveis, pois uma vez que se incorporam novos métodos, eles se perpetuam por si mesmos.

Assim, uma grande contribuição da proposta de Nussbaum é a observação das dificuldades da educação em dar conta de uma formação cidadã efetiva, mas, além disso, sua consistência conceitual traz muitas contribuições no campo pedagógico, com vistas a rever posturas e entendimentos na distribuição curricular, bem como o próprio sentido das ciências humanas nas grades dos cursos.

Conclusão

Ao acompanhar o pensamento acerca da inclusão das artes e da literatura que Nussbaum desenvolve como forma de educar para a sensibilidade e, a partir disso, para a cidadania democrática, faço uma reflexão que considero importante, como professora de arte e como pesquisadora em leitura e formação de leitores: como podemos abrir espaços nas escolas, principalmente na formação técnica de nossos institutos e faculdades?

A resposta remonta toda a proposição da filósofa estadunidense: é necessária uma reformulação do entendimento das ciências humanas dentro dos sistemas de ensino e, mais do que isso, é preciso que haja verdadeiramente a intenção de educar para a empatia, logo para a cidadania democrática. Há que se fazer também uma revisão do papel das artes e da literatura, no que tange ao currículo da educação básica, onde se inicia a formação cidadã. Além da inserção de algumas dessas disciplinas nos cursos de cunho técnico, como os de nível médio, subsequente e superior, com a finalidade de desenvolver a dimensão sensível nos educandos.

Quer seja através da literatura, do romance, ou através das artes visuais, do teatro, ou da música, com a troca de experiências sensíveis e de relações, as artes de modo geral têm por mote a criação de um sujeito mais sensível. Este vem a ser o propulsor de uma sociedade democrática, pois somente quem tem vivências que levem à compreensão de seus próprios sentimentos, pode ser capaz de entender o que sente quem está ao seu redor.

Nussbaum surpreende os estudiosos da educação da sensibilidade, dentre os quais humildemente me incluo, ao afirmar que a experiência sensível se assemelha às proposições da filosofia moral para desenvolver um sujeito empático e democrático, interferindo,

inclusive, na sua capacidade de emitir juízos de valor. Esse posicionamento é bastante incisivo e quiçá, se levado a efeito pelas políticas públicas, tornaria a escola um lugar onde efetivamente se cultiva a imaginação e por consequência fomentaria uma concepção que considera as inúmeras manifestações e modos de estar no mundo como legítimos.

Concluo, como educadora em arte, sentindo-me valorizada e orgulhosa do modo generoso como os estudos da sensibilidade foram tratados pela filósofa Nussbaum quando propôs o cultivo da imaginação narrativa. Além disso, esperançosa de que algum dia, a arte seja vista como se deve na formação humana, com sua capacidade de promover mudanças significativas nas pessoas e no seu entorno.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, J. **Mitologia Grega**. vol. II. Petrópolis: Vozes, 1987.

NUSSBAUM, M. C. **Justicia Poética**. Santiago: Editorial Andrés Bello, 1997.

_____. **El cultivo de la humanidad**: una defensa clásica de la reforma en la educación liberal. 1 ed. Barcelona: Andrés Bello, 2001.

_____. **Paisajes del pensamiento**: La inteligencia de las emociones. Barcelona: Paidós, 2008.

_____. **Sin fines de lucro**: por qué la democracia necesita de las humanidades. Buenos Aires: Katz, 2010.